

O des(encontro) das práticas corporais e atividade física: Híbridizações e borramentos no campo da saúde

*José Geraldo Soares Damico**

*Alan Goularte Knuth***

Resumo: O presente artigo busca observar as noções de atividade física e práticas corporais, associadas ao campo da saúde, a partir de disputas "científicas" que demarcam o tema. Enunciaremos ainda certas percepções que nos motivam a caracterizar a dualidade atividade física e práticas corporais como enfrentamento epistemológico, mas ainda inoperante no cotidiano dos serviços de saúde e na atuação da educação física. Concluímos que, nos contatos construídos com os sujeitos, assim como nas "verdades" dos encontros, determina-se o nível de complexidade do movimento e de suas representações.

Palavras-chave: Atividade motora. Conhecimentos, atitudes e prática em saúde. Promoção da saúde.

1 DELINEANDO A TEMÁTICA

Iniciaremos este ensaio delineando seu foco e a trajetória argumentativa que pretendemos desenvolver. Nossa intenção ao elaborar este texto é a de inscrever o tema das atividades físicas/práticas corporais sob o olhar das relações de poder-saber, em torno

*Escola de Educação Física. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: zdamico@yahoo.com.br

**Educação Física. Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Rio Grande, RS, Brasil. E-mail: alan_knuth@yahoo.com.br

de certos aspectos do processo de produção de um conhecimento singular (o conhecimento científico), no âmbito das políticas e práticas de promoção da saúde, levando em conta a posição de um saber-fazer tido como específico (o do núcleo da educação física), no contexto das práticas de saúde que têm como foco de sua ação o corpo e o movimento.

Para indicarmos brevemente o que estamos chamando de conhecimento científico neste contexto, nos apoiamos em Dagmar Meyer, que salienta:

De modo geral, nos referimos a uma série de características para diferenciar o conhecimento, qualificado como científico, de outros tipos de conhecimentos: ele seria um conhecimento crítico, fundamentado, que visa produzir interpretações de realidade, que permite um certo grau de generalização ou, dito de outro modo, pretende produzir certos consensos sobre algo, que é intencional (porque constitui determinados objetos, pretende fornecer subsídios para compreendê-los ou produzir instrumentos de intervenção sobre eles), que é sistematizado e que obedece às regras de um determinado campo e que, por fim, se pretende verdadeiro, para além do tempo e espaço de sua produção. (MEYER, 2006, p.96).

A partir da citação acima, pode-se estabelecer um questionamento para o qual seria importante dirigir nossas lentes: trata-se da vinculação entre conhecimento científico e verdade. Quais verdades o conhecimento científico da educação física intenciona produzir? Para Foucault (2002, p. 12), "Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua 'política geral' de verdade: isto é, os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros, os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos". Para tanto, são necessárias determinadas técnicas e procedimentos que, no caso da produção de conhecimento, estão relacionados a "matrizes disciplinares, conjunto de regras metodológicas, conceitos que precisamos admitir para falar de determinados objetos que, em seu conjunto, permitem definir o que é que conta como verdade em um determinado tempo e contexto" (MEYER, 2006, p.33).

Michel Foucault (2002), ao situar a verdade como sendo deste mundo e, portanto, imersa em relações de poder, possibilita problematizar qualquer noção de neutralidade e objetividade, uma vez que determinadas condições políticas, econômicas e culturais estão absolutamente implicadas em sua produção. O conhecimento científico funciona como um constructo que obedece determinadas normas, percepções e sistemas de pensamento que podem ser validados e compartilhados por determinados grupos e campos de estudo. O que poderia nos levar também a perguntar: quais discursos científicos compartilhamos? Como eles se constituíram e como fazem funcionar o regime de verdade que sustenta o saber-fazer do núcleo da educação física no campo da saúde, hoje?

Preliminarmente, é possível lembrar que a educação física jamais (e não poderia ser diferente) esteve desvinculada de determinados coletivos, principalmente aqueles que obedeciam a lógicas estatais e fundamentalmente adaptativas, como as relacionadas às lógicas eugênicas, higiênicas, militarizantes, esportivizantes e, nos últimos tempos, medicalizantes.

É nessa medida, que o ingresso mais formal e sistemático da educação física nos serviços públicos de saúde tem provocado a readequação da área, tanto em termos de formação, fato que se expressa nas mudanças curriculares, mas principalmente em termos de definição epistemológica. No entanto, apesar de reconhecermos as dificuldades e disputas no núcleo da educação física por consensos no âmbito da saúde coletiva e da promoção da saúde, entendemos que é nossa atribuição enquanto pesquisadores radicalizar a exploração de noções que cada coletivo preconiza com vistas à imposição de determinados sentidos e significados.

Ao traçar este percurso inicial, pontuamos que o presente texto buscará observar as noções de atividade física e práticas corporais associadas ao campo da saúde, não a partir de um resgate histórico linear, e sim sob as disputas 'científicas' que demarcam o tema. Anunciaremos ainda certas percepções que nos motivam a caracterizar a dualidade atividade física e práticas corporais como enfrentamento epistemológico, mas ainda inoperante no cotidiano dos serviços de saúde e atuação da educação física.

2 QUESTÕES PROBLEMÁTICAS

As noções de promoção da saúde e as práticas de cuidado por ela propostas não são naturais, ou seja, se constroem e se modificam ao longo do tempo permeadas pelas relações de poder, o que vem alterando a compreensão do processo saúde-doença, os modos de enfrentamento e também a atuação da educação física nesse processo.

É nessa medida que a efetivação de uma Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), no ano de 2006, estabeleceu um marco digno de celebração por parte de variados setores, no contexto afirmativo de luta por um Sistema Único de Saúde no Brasil (BRASIL, 2011). Dotado de um histórico essencialmente focado na assistência médica e paliativa, a saúde pública brasileira paulatinamente vem experimentando práticas e posteriormente políticas que exaltam as ações de promoção da saúde. Com esse processo de abertura a novas perspectivas, certamente os conceitos, as práticas e os embates no plano epistemológico e experiencial não se efetivam de maneira unilateral ou repousada. O que se produz como promoção da saúde está, de fato, em constante disputa pela produção de significados, dado que a este conceito se permitem compartilhar diversas áreas de intervenção social, como se pode notar pelas cartas anunciativas do tema ou pelas obras que consolidam e pautam a importância do assunto (BRASIL, 2002).

Embora os esforços de avaliação em torno da PNPS sejam importantes, a pretensão aqui colocada é de resgatar um dos eixos temáticos da política para compreendê-lo e estranhá-lo, especialmente em torno da educação física, enquanto núcleo¹. Para tanto, o eixo das práticas corporais/atividades físicas será foco de análise deste texto. Ainda que no lançamento da PNPS as práticas corporais/atividades físicas não tenham sido conceituadas, elas

¹Optou-se por operar com os conceitos de núcleo e campo de Gastão Wagner de Sousa Campos (2000), segundo o qual o campo da saúde, impreciso e baseado em apoio coletivo, é constituído por diversos núcleos com identidades e marcas conhecidas. Neste ensaio, o núcleo de educação física é pano de fundo para debate.

aparecem como ação específica, separadas por uma barra, da mesma forma como apresentamos nesta seção. As demais ações formadoras da política são: alimentação saudável, prevenção e controle do tabagismo, redução da morbimortalidade em decorrência do uso abusivo de álcool e outras drogas, redução da morbimortalidade por acidentes de trânsito, prevenção da violência e estímulo à cultura de paz e promoção do desenvolvimento sustentável. Neste momento fazemos um parêntese na PNPS, pois nosso ponto de partida está ali hospedado, mas, se amplia a outros espaços ou publicações, que para coerência interna deste texto mantenham certa relação com o campo da saúde coletiva, o qual se vale das políticas, mas não encerra nestas seu espectro de análise.

No Glossário Temático Promoção da Saúde (BRASIL, 2012), lançado pelo Ministério da Saúde, sugere-se ao leitor que, ao procurar por 'atividade física', localize 'práticas corporais', e vice-versa. A padronização de uma linguagem institucional é importante e carrega seus interesses, mas a diferenciação desses termos na educação física produz sentidos de poder e saber extremamente conflitantes e duais. Nesse documento, a atividade física é conceituada como "Movimento corporal que produz gastos de energia acima dos níveis de repouso", e as práticas corporais como "Expressões individuais ou coletivas do movimento corporal, advindo do conhecimento e da experiência em torno do jogo, da dança, do esporte, da luta, da ginástica, construídas de modo sistemático (na escola) ou não sistemático (tempo livre/lazer)".

Ainda sem adentrarmos a discussão das noções acima colocadas, cabe lembrarmos que, em boa parte da literatura que conceitua promoção da saúde, chamam à atenção de que "o chamado setor saúde, não consegue, sozinho, dar conta dos problemas de saúde, ou seja, das doenças, uma vez que estas são resultantes ou determinadas por condições largamente extrassanitárias" (LEFEVRE; LEFEVRE, 2012, p. 28). Assim, as práticas em termos

de saúde coletiva e os discursos de promoção da saúde, em suas abordagens mais individualistas², privilegiam determinadas formas de governo dos sujeitos, ou seja, o indivíduo médio, aquele que é capaz de, com sua consciência racional, controlar suas vontades e obedecer a ditames e regras produzidos pela ciência moderna.

É nessa medida que as disputas epistemológicas entre as comunidades pertencentes ao núcleo da educação física que defendem as práticas corporais ou as atividades físicas não contestam os discursos governamentais; muito ao contrário, sentem-se interpeladas e convocadas a propor o melhor modelo de sedução e convencimento para integrar as pessoas às normas culturais difundidas pelo discurso da promoção da saúde³.

Com efeito, perante essa nuance conceitual a educação física passou a ter espaço em programas e políticas de saúde no Brasil e também elencou o campo saúde como uma área intensa na produção de conhecimento nos últimos anos. No interior epistemológico da educação física, repousam as diferentes concepções políticas, científicas e culturais para uma segregação dos termos atividade física e práticas corporais, mesmo que o debate no campo da saúde ainda se mostre tímido.

3 CONSENSOS EM TORNO DA ATIVIDADE FÍSICA

Os estudos da atividade física no campo da saúde partem de um lugar comum. Não se encontram divergências em relação à definição inicial, e esta se difundiu de maneira acentuada: "Atividade física é definida como qualquer movimento corporal produzido pela musculatura esquelética que resulte em gasto energético" (CASPERSEN; POWELL; CHRISTENSON, 1985, p. 32). Essa definição clássica serviu inicialmente para orientar diferenças entre

²Promoção da Saúde (PS) tem sido utilizada usada hegemonicamente âmbito individual da mudança de estilo de vida. No entanto, autores como Paulo Buss (2000) defendem a PS no sentido coletivo, como modo de alterar os determinantes sociais da saúde e consequente atuar na mudança das condições de vida.

³É preciso lembrar que o discurso da promoção da saúde também não é unívoco.

atividade física, exercício físico e aptidão física. Na revisão pioneira de Pitanga (2002), à atividade física são acrescentados componentes e determinantes de ordem biopsicossocial, cultural e comportamental. O estudo revisional de Palma (2000) indicava o pressuposto fundamental de entender a atividade física em uma perspectiva socioeconômica.

No Brasil, a atividade física passou a ser enfoque de dezenas de estudos epidemiológicos, em que a lógica populacional de mensuração de atividade física ganhou proporções astronômicas, se pensarmos, por exemplo, que são encontrados estudos caracterizando atividade física em seus quatro domínios - deslocamento, lazer, trabalho e atividades domésticas - e também com populações extremamente distintas: trabalhadores de diferentes categorias, pessoas obesas, universitários, idosos, escolares, pessoas com transtornos mentais etc. A lista é extensa, e a documentação desses trabalhos pode ser visualizada em diversos periódicos do campo da educação física e também da saúde coletiva.

Há certo fetiche contemporâneo pela atividade física. Um rápido exercício de busca virtual indica que até o dia 10 de outubro de 2012 foram rastreados 269.678 trabalhos científicos que contemplem o buscador *physical activity* na base de dados da PubMed. A evolução temporal de estudos brasileiros nessa temática foi apresentada por Hallal e outros (2007), os quais apontam uma acentuação de trabalhos com o preceito epidemiológico. O primeiro trabalho foi mapeado em 1990 e durante a década de 2000 ocorreu um aumento significativo de artigos publicados em periódicos do campo da saúde. É também visível a difusão de programas comunitários de saúde que disseminam a noção de atividade física enquanto ferramenta curativa ou promotora de saúde.

Esse molde de atividade física, com um olhar epidemiológico e de caráter associativo à saúde, vem sendo ostensivamente difundido em programas comunitários de saúde, intervenções populacionais ou experiências em que a educação física se alia à atenção básica e/ou secundária em saúde. Publicações políticas ou acadêmicas celebram programas macro como o Programa Academia da Cidade

(Recife-PE, Belo Horizonte-BH e Aracaju-SE), o Serviço de Orientação ao Exercício (SOE/Vitória-ES) e o Curitibativa (Curitiba-PR). Além disso, outras ações e/ou programas em municípios de pequeno porte populacional também enfocam a atividade física. Boa parte desse conhecimento e dessas experiências também deu origem às bases do Programa Academia da Saúde, o qual tem como principal objetivo "contribuir para a promoção da saúde da população a partir da implantação de polos com infraestrutura, equipamentos e quadro de pessoal qualificado para a orientação de práticas corporais e atividade física e de lazer e modos de vida saudáveis" (BRASIL, 2011, p.23).

É relevante refletir que, ao olhar epidemiológico, em termos de diagnóstico comunitário e estabelecimento de evidências para ação, a definição de atividade física é aplicável e possível na concepção metodológica de elaboração e execução de estudos de campo. Por outro lado, não significa que o saber epidemiológico só consiga entender a atividade física em um sentido unicamente biológico, ainda que boa parte das publicações assim o expresse. O recorte epidemiológico só é possível por meio de alguma objetividade, entretanto, a efetivação de professores/profissionais no sistema de saúde pode contemplar conhecimentos, teorias e ramificações para além da caracterização epidemiológica e/ou linear do tema. Este não é um exercício singelo, o que não significa que passe a ser impossível. Os produtos teóricos de compreensão da atividade física se hospedam basicamente nas ciências duras, ainda que existam estratégias de operar ampliando esses sentidos, e a estas se coloca um desafio *sine qua non* para uma articulação firme à saúde. Há linhas que enxergam a atividade física como simples processo ao gasto calórico e seu valor de redução de doenças crônico-degenerativas e há vida para além disso.

4 PRÁTICAS CORPORAIS

Diferentemente do consenso em torno do conceito sobre a atividade física, no que se refere às práticas corporais o que ocorre é justamente o contrário. Estas se apresentam como uma noção

polissêmica, que vai desde uma ausência ou negação na sua definição conceitual até uma positivação a partir de qualidades supostamente intrínsecas.

A condição de emergência do termo práticas corporais surge primeiramente na literatura da educação física escolar brasileira, na qual se materializa como uma espécie de resgate de um conjunto de objetos que seriam o cerne do fazer da área. Na década de 1980, consubstancia-se a chamada crise da educação física brasileira, decorrente, principalmente, do intenso debate travado a partir da incorporação das teorias críticas na educação como um todo e que se traduzem na educação física por meio de ataques dirigidos à excessiva tendência ao individualismo, aos valores presentes nas atividades esportivas competitivas ou ainda aos aspectos relativos à reprodução das desigualdades de classe social e ao seu caráter demasiadamente excludente (SOARES *et al.*, 1992; BETTI, 1996).

A reação simbolizada pela noção de práticas corporais - principalmente, no campo da saúde - deve-se a um aparente receio de que a especificidade da área fosse suplantada por uma excessiva interdisciplinaridade típica de áreas sem grande tradição acadêmica como é o caso da educação física. Assim, aos poucos foi sendo incorporada uma aproximação com autores das ciências humanas e sociais que pudessem dar outro contorno ao saber-fazer da área.

Uma das primeiras aproximações ocorreu por meio de Marcel Mauss e a noção de técnicas corporais. Mauss definiu as técnicas corporais como sendo "as maneiras como os homens, sociedade por sociedade e de maneira tradicional, sabem servir-se de seus corpos" (1974, p. 211). Essa perspectiva "instigaria a observar o uso do corpo como uma educação das técnicas, que são construídas como resultado das relações entre homem e a sociedade" (RODRIGUES, 2000, p.132). Tal noção, ao mesmo tempo em que admitia uma ampliação do olhar para além do biológico, foi sendo paulatinamente deixada de lado, provavelmente em função do termo 'técnica', por representar, ainda que por simples associação, uma ligação direta com as técnicas esportivas e com certo grau de disciplinamento decorrente das mesmas.

Outro autor trazido para o universo da educação física foi Norbert Elias (1992). A partir de suas teorizações sobre o processo civilizatório, as regulações das atividades esportivas seriam uma espécie de oportunidade de liberação das emoções impostas em sociedades altamente reguladas. Desse modo, a participação em eventos esportivos poderia permitir experimentações em doses controladas de prazer, dor, tristeza, alegria, agitação, medo, enfim, atividades miméticas num curto período de tempo.

Um terceiro autor é David Le Breton, o qual, por meio de sua obra seminal *Sociologia do corpo* (2006, p.8), dá as bases para as pesquisas que se preocupam com a dimensão cultural e social do corpo e de suas representações, de modo que "o processo de socialização corporal é uma constante da condição social do homem".

Le Breton (2006) oferece uma interpretação das técnicas corporais que vão além da dimensão biológica ao abordar a etiqueta corporal, a gestualidade, as percepções sensoriais e a expressão dos sentimentos. De acordo como autor, houve um momento de mudança na forma de pensar o homem e sua relação com o corpo: "Os anatomistas antes de Descartes e da filosofia mecanicista fundam um dualismo que é central na modernidade e não apenas na medicina, aquele que distingue, por um lado, o homem, por outro, seu corpo" (LE BRETON, 2006, p. 18).

Com essas bases epistemológicas, a educação física passou a enunciar as práticas corporais de diferentes modos, acentuando o termo práticas em relação direta com as práticas pedagógicas, ou seja, reforçando a intencionalidade relativa à cultura corporal ou à cultura de movimento e suas manifestações, como as danças, os jogos, os esportes, as lutas, as diferentes formas de ginásticas e de exercitação corporal.

Na coletânea denominada *Práticas corporais*, organizada por Ana Márcia Silva e Iara Damiani (2005), defende-se justamente a presença de várias áreas teóricas, como as artes, a filosofia e a

cultura popular na tematização das práticas corporais como objeto de reflexão. Desse modo, as práticas corporais adscritas ao universo pedagógico - seja no lazer, seja no âmbito escolar - passam a adentrar o campo da saúde coletiva, como uma resposta ao avanço da atividade física e em contraste a esta.

Para além de uma possível formulação de um objeto próprio, as críticas advindas principalmente do Movimento Renovador⁴ da educação física brasileira sustentavam que do ponto de vista da produção de conhecimento, essa era tida como excessivamente biomédica e de base quantitativa, o que permitiria generalizações sem levar em conta aspectos subjetivos, culturais e históricos. Outra crítica às formulações de cunho mais epidemiológico que a noção de atividade física porta, em geral, tem relação com um modelo prescritivo através de uma espécie de neo-higienismo, que acompanha as formulações sobre mudança no estilo de vida, ambas implicadas com um processo crescente de patologização e medicalização da vida.

A incorporação do termo práticas corporais na saúde coletiva não ocorreu concomitante a uma produção efetiva em termos de uma formulação conceitual mais densa ou aplicada. Segundo Lazzaroti e outros (2010), 92% dos artigos que utilizam o termo práticas corporais não as definem conceitualmente. Tal fato não significa que não tenha sido desenvolvido um certo campo semântico em torno das práticas corporais na saúde. É possível dizer que as produções em torno das práticas corporais, principalmente quando configuram um campo de positivities, vão desde as possibilidades terapêuticas a aspectos mais subjetivos, como aqueles relativos de determinadas características reflexivas, lúdicas, gregárias ou de sociabilidade, de autoestima, ou ainda, como elemento da experiência humana ligada ao cuidado de si.

⁴O Movimento Renovador na educação física brasileira foi um movimento amplo em busca de uma melhor fundamentação científica. Para efeitos desse artigo estamos nos referindo a parte do movimento que foi considerada como "progressista ou crítica". Para ver mais sobre esse tema indicamos o estudo de MACHADO (2012).

5 HIBRIDIZAÇÕES E BORRAMENTOS: DO VIÉS EPISTEMOLÓGICO AO OLHAR NO OBJETO

À luz do que foi dissertado anteriormente, mostram-se bastante imponentes as bases e as minúcias que separam o corpo teórico de construção da atividade física em comparação às práticas corporais. O que nos imprime certo fôlego para problematizar a questão. Uma vez que, esse processo se coloca amplamente fortalecido no campo epistemológico, mas não se sustenta em dimensão igual no âmbito do cotidiano dos serviços de saúde, nos quais a educação física se faz presente com autoridade recente. De certo, há variados elementos que interagem para nos provocar essa suspeita. A seguir, pinçaremos alguns que consideramos robustos.

Há supremacia, em termos numéricos, de formação acadêmica nas áreas mais afincas ao tradicional modelo da atividade física, ou seja, mais mestrados e doutorados, mais grupos de pesquisa, eventos e sociedades organizadas em torno desse modo de fazer. Há um aparato político, representado no Ministério da Saúde, que reitera a atividade física em suas ações e políticas, e quando oferece as práticas corporais também o faz de maneira híbrida, sem uma consistente demarcação de suas naturezas teóricas distintas. A produção acadêmica e os espaços para a sistematização desta aparecem em maior proporção para a raiz epistemológica hospedada nas ciências 'duras', nas quais frequentemente está a linha da atividade física. Sob os olhares das mídias (revistas, internet e televisão), praticamente só se reforça um jeito de intervir, uma abordagem, um coro, o da atividade física.

A atuação da educação física nos serviços de saúde não acontece alheia a esse aparato de formação - acadêmico, político e midiático - que obviamente reproduz os embates de verdade e cientificismo anunciados no começo deste texto. Também exprime relações de poder e acaba fortalecendo uma verdade, enfraquecendo ou ignorando outra. Todavia o que aqui queremos colocar é ainda posterior a isso.

As experiências cotidianas que elencam as práticas corporais como carro-chefe não parecem ser absolutamente diferentes ou afastadas da noção colocada em prática pela vertente da atividade física. Nesses jogos de poder, (saber-fazer), o que se percebe é um referencial distinto, uma preocupação em relativizar certas verdades estabelecidas, mas que, frente às publicações que conhecemos, enfrentam similaridades com a atividade física no trato diário com os sujeitos, na prática dos serviços. Seria resultado de uma formação ainda desequilibrada, favorecendo a visão hegemônica? Seria um sistema de saúde adequado a uma atuação de uma clínica mais biológica e menos afeita as dimensões socioculturais? Seria a difusão popular de uma associação do movimento humano às demandas energéticas, metabólicas, corporais e medicalizadoras? Ou seria mais um embate epistemológico que a educação física não é capaz de resolver ou conviver internamente e que se empurra para suas ações, demarca enfrentamentos e anuncia certa fragilidade ou estranhamento de sua identidade?

Recentemente, em um evento acadêmico no qual as práticas corporais foram examinadas com bastante propriedade, um palestrante foi exaustivo ao apontar as limitações da abordagem da área de atividade física. Elencou as noções limitadas de corpo - uma atuação da educação física escravizada pelo mercado -, discorreu sobre a formação tecnicista e as relações com outros períodos históricos da educação física e em seguida passou a narrar as afeições para com a abordagem das práticas corporais. Ao final da palestra, calorosamente reverenciada, outro professor, com trajetória no campo da saúde coletiva e menos imbricado com a educação física, fez o seguinte questionamento: "Será que o quadro é mesmo assim tão desastroso? Será que são mesmo tão divergentes estas abordagens? Eu notei um pessimismo e não vejo o quadro desta forma, com todo respeito ao nosso brilhante professor". Até onde vai a abordagem da atividade física? Onde começa a abordagem das práticas corporais? Não estaria aí colocada uma disputa de verdades e de poder, em que determinada posição é colocada com menos força neste momento, engolida pelo cenário acadêmico, político e midiático, reage a outra majoritária? Se for possível olhar com maior distanciamento as ações

da educação física na saúde, seria possível perguntar o que de tão diferente vem sendo produzido por essas sub-áreas nos territórios assistenciais, além de uma construção epistemológica bastante peculiar?

Para além de uma dimensão focada no objeto (atividade física ou práticas corporais), desconfiemos que uma atuação com preocupação direcionada para olhar o sujeito, ou seja, numa perspectiva usuário-centrada, possa nos brindar com fragmentos marcantes e consistentes para a educação física. Tentaremos esquecer-nos por alguns instantes do dualismo tratado ao longo desta produção e, como alternativa, partiremos para um sentido de um saber-fazer a partir de um sujeito usuário. Nesta direção, pensemos nas ações de educação física juntamente a uma comunidade submetida a um serviço de saúde. É plausível imaginar que os indivíduos desse espaço não dominem as diferenciações de atividade física e práticas corporais. Que esses mesmos indivíduos tenham sua vivência corporal histórica, tanto a dimensão física, energética e fisiológica quanto aquela repleta de sentidos e representações culturais, de cuidado, de descobrimento e experimentação. É prudente hipotetizar também, que a lógica da comunidade e os jogos de poder e saber daquele espaço imbricarão certas escolhas e lógicas para as ações de educação física. Assim, a preocupação do ator do núcleo de educação física pode centrar-se no que emergir dos sujeitos, nas suas constituições de vida, seus entrelaçamentos com o serviço, suas potencialidades e na relação que o sujeito estabelece com os demais processos sociais. Estando esse ator atravessado por uma intenção prévia de trabalhar com atividade física ou práticas corporais (seja ela o futebol, seja um grupo de caminhada, para ficar nos exemplos corriqueiros conhecidos), ele indubitavelmente está afeito a um olhar programático, recortado, científico e preso. Na prática dos cuidados nos serviços de saúde, ao se colocar como um guardião defensor de certas linhas e lógicas (independentemente de qual linha seguir) se perdem ou se enfraquecem o encontro e a construção com os sujeitos. Mehry (2008), tratando de prática clínica, oferece certos elementos que podem ser inspiradores ao que aqui ensaiamos:

Isso faz da prática clínica um campo de ações que se alimenta em teorias-ferramentas. É isso que faz do campo da clínica um lugar habitado por muitas clínicas possíveis, com distintas eficácias, que só têm sentido no campo do trabalho vivo em ato, nas suas relações intercessoras e de acordo com o jogo singular e concreto de pedidos e respostas para a construção do cuidar. Desse modo, não consigo entender que possa existir uma clínica mais ampla que outra, fora do mundo da ação, nos encontros; muito menos, uma que seja a síntese conceitual superior das outras.

[...] Nesse sentido, imagino que só seja possível falar da efetividade do agir clínico no seu próprio ato e não no território das teorias que procuram subsidiá-lo. Isto é, se há ou não produção de mais vida com a prática clínica realizada é uma questão para o encontro em ato. (MEHRY, 2008, p. 14).

A produção de encontros nas ações da educação física tem a possibilidade de olhar mais para a singularidade do sujeito e menos para o pragmatismo do objeto. Isso não significa um abandono de sua constituição enquanto ator e tampouco que atue acriticamente às imersões teóricas do campo. Os estudos da atividade física carecem de estranhamento. O X da questão⁵ sobre a exaustiva doutrina atividade física e saúde limita-se a uma abordagem conveniente de avaliar na população os níveis de atividade física. Não olha para os sujeitos, não consegue se aprofundar além do cruzamento de variáveis e escassez de reflexão no plano cultural, social e político. No serviço de saúde, reproduz a noção das recomendações para a atividade física. Dado isso, o movimento pode ser de qualquer forma, a qualquer custo, subindo escadas, caminhando, limpando a casa, trabalhando pesado. Os estudos das práticas corporais partem de uma supremacia ilusória. A maioria considera o termo tão amplo que é incapaz de defini-lo, como se sua

⁵ "X é bom para todas as pessoas. Todas as pessoas deveriam fazer X. Fulano em seu livro 'Os benefícios do X', fala que X é bom. Beltrano escreve que X é ótimo. Sicrano concorda com os autores anteriores realçando que X é maravilhoso. Deste modo, concluímos em nosso trabalho que X é muito bom mesmo." (BILIBIO; DAMICO, 2011, p. 94).

efetivação fosse óbvia, em que todos os elementos da cultura corporal se entrelaçassem e produzissem sujeitos mais conscientes de suas práticas e vivências. A hibridização dos conceitos na prática é algo ainda pouco suscitado e afirmado nas instâncias acadêmicas. Os jogos de interesses colocam um dos termos como difundido pela mídia, potente nas publicações, mas pobre enquanto possibilidade de emancipação dos sujeitos para sua saúde e condição de vida. O outro termo seria mais robusto em termos de significados, de trajetórias e não simples de visualizar no encontro com a singularidade dos sujeitos.

De concreto, quando trabalhadores da educação física encontram-se imersos na realidade do Sistema Único de Saúde, essa segregação, de porte do objeto, é tênue. O contato e o saber-fazer construído com os sujeitos e as 'verdades' dos encontros é que determinam a complexidade ou não do movimento e suas representações. As experiências conhecidas e sistematizadas no meio acadêmico não apontam para abismos entre as vertentes; ao contrário, parece haver um desconhecido novo e cheio de anseios, uma possibilidade de construção. Quem se autoriza a trabalhar com práticas corporais/atividade física no campo da saúde também deveria ter a capacidade de escutar e se ensaiar no coletivo. Certas produções do campo da saúde anunciam-se como práticas corporais, entretanto reproduzem experiências bastante semelhantes àquelas da linha da atividade física, com trajetórias textuais distintos, com busca de autores no campo das ciências sociais, mas reproduzindo acontecimentos semelhantes, optando por práticas massificadas, em que os sujeitos identificam e participam daquilo que lhes é imposto midiaticamente ou institucionalmente ao longo da vida.

No trabalho de Freitas, Brasil e Silva (2006), encontramos algumas argumentações que deslocam o sentido do objeto para os sujeitos. Tratam de ressignificar as práticas corporais para um olhar ao doente e não à doença, exploram diferentes conteúdos da cultura corporal, sugerem envolver e atribuir corresponsabilidades aos sujeitos e, ao mesmo tempo, tocam nos alívios de dores, diminuição de sintomas e sofrimentos. Há intersecções aí colocadas. O esforço

está em tornar os sujeitos protagonistas da compreensão de seus movimentos em interação com os processos sociais, de adoecimento, escolhas, imposições, verdades, conhecimentos e estranhamentos. Um olhar biológico ou um olhar cultural, partindo do professor/profissional, apenas recorta essa realidade. Um olhar para o sujeito resgata essas condições, em maior ou menor proporção ou intensidade, porém permite esse cuidado, essa aproximação, partindo de atividade física ou práticas corporais. Os obstáculos estão colocados aos olhos de quem vê o objeto, não em quem recebe o cuidado, movimenta-se ou produz saúde e vida.

Antes de ir para os comentários finais, cabe-nos ainda dizer retomando nossa discussão inicial que é a partir da constituição de comunidades científicas que se delimitam as condições de validação de determinados regimes de verdades. Mas estes para funcionarem se apoiam em comunidades que validam ou não certos discursos.

É nessa medida, que é interessante pensarmos quais os regimes de verdade que sustentam o saber-fazer da educação física na área da saúde hoje. Nos limites desse texto, assumimos de modo apenas esquemático que tanto a atividade física como as práticas corporais são formulações datadas e construídas num momento de extensa governamentalidade, em que não bastam mais somente àquelas instituições disciplinares de outrora, mas que todos e cada um são convocados a cuidar de si mesmos. Entendemos que é justamente a partir da lógica estatal que esses nomes ganham status e legitimidade de verdade.

6 COMENTÁRIOS FINAIS

Como vimos argumentando até aqui, o saber tido como verdadeiro na sociedade ocidental está associado à produção de discurso formulado pela ciência. Esse discurso é efeito do que se pensa e se produz sobre a ciência, e dentro dele há regras, códigos e uma linguagem diferenciada.

Desse modo, mesmo com a força dos discursos científicos a interação das pessoas sujeitas a conselhos e prescrições no contexto

da promoção da saúde e de outros imperativos governamentais não são estáveis. Nas palavras de Débora Lupton (2000, p.35):

Os modos pelos quais os discursos são assumidos e integrados à autoidentidade são, pelo menos parcialmente, contingentes no fluxo das posições que o indivíduo exerce na força de trabalho, no ciclo de vida e na interação com instituições tais como a economia, a família, e a escola.

Os desafios colocados pela não aceitação, resistência ou até mesmo adesão das regras operadas pelas racionalidades discursivas da promoção da saúde e conseqüentemente das atividades físicas/práticas corporais está em problematizar uma certa lógica iluminista de construção de verdades científicas, ou seja, que os sujeitos simplesmente seriam resultados de um determinado emprego de uma dada racionalidade. Significa dizer que há um espaço nebuloso entre a versão esperada pelos adeptos da atividade física e pelos adeptos das práticas corporais que é absolutamente imponderável, trata-se das experiências vividas pelos sujeitos e o modo que estes significam suas relações com o corpo e com a saúde. Rose e Miller (1992 apud LUPTON, 2000, p.19) acrescentam que "cada ator, cada local, é o ponto de intersecção entre forças e, portanto, um ponto de resistência potencial de alguma forma de pensamento e de ação, ou um ponto de organização e promulgação de um programa diferente ou de oposição".

Sendo assim, é possível pensarmos que, mais importante do que a disputa por hegemonia entre atividade física e práticas corporais, seja problematizarmos a moralidade e julgamento presentes em cada uma das perspectivas e nos abriremos para o inusitado, representado por uma alteridade radical definida pelo encontro intercessor entre um trabalhador de saúde e um sujeito usuário, sem buscar a cristalização de sentidos ou significados predefinidos em relação ao gerenciamento do próprio corpo.

(Dis)encounter between bodily practices and physical activity: hybridizations and smudges in the field of health

Abstract: This paper tries to observe the notions of physical activity and bodily practices associated to the field of health, under the 'scientific' disputes that delimit the subject. We also announce certain perceptions that motivate us to characterize the duality of physical activity and bodily practices as an epistemological confrontation, but still inoperative in everyday health services and in the role of physical education. We conclude that in the contacts built with individuals and in the 'truths' of meetings it is determined the complexity level of the movement and its representations.

Keywords: Motor Activity. Health Knowledge. Attitudes. practice. Health promotion.

El (des)encuentro entre las prácticas corporales y la actividad física: hibridación y borramientos en el campo de la salud

Resumen: Este artículo busca observar las nociones de actividad física y las prácticas corporales asociadas con el campo de la salud, anclado en las disputas "científicas" que enmarcan el tema. Enunciamos también ciertas percepciones que nos motivan a caracterizar la dualidad actividad física y prácticas corporales como enfrentamiento epistemológico, lo cual es todavía inoperante en el cotidiano de los servicios de salud y en la educación física. Concluimos que en los contactos que se construyen con los sujetos, así como en las "verdades" de los encuentros, se determina el nivel de complejidad del movimiento y de sus representaciones.

Palabras clave: Actividad motora. Conocimientos. actitudes y práctica en salud. Promoción de la salud.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Promoção da Saúde: Carta de Otawa:** Declaração de Adelaide, Declaração de Sundsvall e Declaração de Bogotá. Brasília: Ministério da Saúde, 1996.

BRASIL. Ministério da Saúde. **As cartas da promoção da saúde.** Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde.** Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 719, de 7 de abril de 2011. Institui o Programa Academia da Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 68, Seção 1, , p. 52, do dia 8 de abril de 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Glossário temático:** promoção da saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BILIBIO, L. F.; DAMICO, J. G. S. Carta a um jovem professor. **Cadernos de Formação RBCE**, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 92-103, 2011.

BETTI, Mauro. Por uma teoria da prática. **Motus Corporis**, Rio de Janeiro, v.3, n.2, p.73-127, dez.1996.

BUSS, Paulo M. Promoção da saúde e qualidade de vida. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n.1, p.163-177, 2000.

CASPERSEN, C.J.; POWELL, K.E.; CHRISTENSON, G.M. Physical activity, exercise and physical fitness: definitions and distinctions for health-related research. **Public Health Reports**, Rockville, v.100, n. 2, p.126-131, mar./apr. 1985.

CAMPOS, Gastão Wagner. Saúde Pública e Saúde Coletiva: Campo e Núcleo de Saberes e Práticas. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n.2, p. 219-230, 2000.

ELIAS, Norbert. **A busca da excitação.** Lisboa: Difel, 1992.

FREITAS, F. F.; BRASIL, F. K.; DA SILVA, C. L. Práticas corporais e saúde: novos olhares. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 27, n. 3, p. 169-183, 2006.

FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. In: **Microfísica do poder.** 15. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

HALLAL, Pedro C. *et al.* Evolução da pesquisa epidemiológica em atividade física no Brasil: revisão sistemática. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 453-460, 2007.

LAZZAROTTI FILHO, Ari. *et al.* O termo práticas corporais na literatura científica brasileira e as repercussões no campo da educação física. **Movimento**, Porto Alegre, v.16, n.1, p.11-29, jan./mar. 2010.

LE BRETON, David. **Sociologia do corpo**. Petrópolis: Vozes, 2006.

LEFEVRE, Fernando ; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. **Promoção de Saúde: a negação da negação** . 2. ed. Rio de Janeiro: Vieira e Lent, 2012. v. 1.

LUPTON, Deborah. Corpos, prazeres e práticas do eu. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 15-48, jul./dez. 2000.

MACHADO, T. da S. **Sobre o impacto do movimento renovador da educação física nas identidades docentes**. 2012. 190 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

MAUSS, Marcel. **As técnicas corporais: sociologia e antropologia**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974. v. 2.

MERHY, Emerson E. **Corpo Vida, mais um na multidão**. 2008. Disponível em: <<http://www.uff.br/saudecoletiva/professores/merhy/artigos-01.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2013.

MEYER, Dagmar E. E. . Processos coletivos de produção de conhecimento em saúde: um olhar sobre o exercício de enfermagem no hospital. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 59, p. 95-99, 2006.

PALMA, Alexandre. Atividade física, processo saúde-doença e Condições socioeconômicas: uma revisão da literatura. **Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 97-106, jan./jun. 2000.

PITANGA, F. J. G. Epidemiologia, atividade física e saúde. **Revista Brasileira de Ciência & Movimento**, Brasília, v. 10, n. 3, p. 49-54, 2002.

RODRIGUES, R. Sociedade, corpo e interdições: contribuições do estudo de Marcel Mauss sobre as técnicas do corpo. **Revista da Faculdade de Educação Física da Unicamp**, Campinas, n.4, p.129-140, jan./jul. 2000.

SILVA, Ana M. (Org.) ; DAMIANI, I. R. (Org.) . **Práticas Corporais: Gênese de um Movimento Investigativo em Educação Física**. Florianópolis: Nauemblu Ciência & Arte, 2005. v. 2.

SOARES, C. L. ; TAFFAREL, C. ; VARJAL, E. ; CASTELLANI FILHO, L. ; ESCOBAR, M. O. ; BRACHT, V. . **Metodologia do Ensino da Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

Endereço para correspondência
Escola de Educação Física da UFRGS
Rua Felizardo 750
Bairro Jardim Botânico
Porto Alegre, RS
CEP 91340-000

Recebido em: 30.04.2013

Aprovado em: 16.10.2013